

Crítica Espírita

criticaespirita@gmail.com



ANO IV—#47

Vitória/ES

Novembro de 2018





Crítica Espírita

criticaespirta@gmail.com

Editor

Raphael Faé Baptista

Editores:

Felipe Sellin

Colaboram nessa Edição:

Felipe Sellin

Raphael Faé Baptista

Marco Antônio Bolleli

Crítica Espírita

criticaespirta@gmail.com

ANO IV—46

Vitória/ES

Outubro de 2018



Edição n° 46—Outubro de 2018

6.824 seguidores na página

16.016 pessoas alcançadas

477 curtidas em publicação

328 compartilhamentos

Interaja conosco, sua opinião é muito importante para nós:

criticaespirta@gmail.com

Editorial

A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro nas últimas eleições inaugura uma nova era para a recente democracia brasileira. Uma aliança entre liberalismo econômico, conservadorismo de costumes e militarismo tende a levar o país a uma realidade semelhante à ditadura de Pinochet no Chile ou ao Estado Autoritário de Alberto Fujimori no Peru. Portanto, as perspectivas para o próximo período são preocupantes para diversos setores da sociedade.

Os setores conservadores nos costumes que se aliam ao governo estão relacionados a “Bancada da Bíblia” (que de evangélica — no sentido de seguir os ensinamentos do mestre Jesus de Nazaré — não possui nada) e à grandes líderes do pentecostalismo nacional, como Edir Macedo (proprietário da Igreja Universal e da Rede Record de Televisão) e o Senador capixaba Magno Malta (o homem da oração da vitória de Bolsonaro, um homofóbico convicto que perdeu as últimas eleições justamente para um homossexual assumindo — o que revela algumas contradições destas últimas eleições).

Embora o pentecostalismo realize em seus cultos atividades como exorcismo, falar em línguas, anúncios de revelações, etc, para seus seguidores, estas práticas não possuem qualquer relação com mediunidade. As atividades mediúnicas são combatidas, bem como as religiões afro-brasileiras e o espiritismo de matriz europeia. Sendo assim, num governo que já se demonstrou pouco preocupado com a laicidade do Estado, o movimento espírita brasileiro como um todo (mesmo aquele setor que resolveu se postular ao lado do presidente eleito) corre riscos de perseguição e/ou limitação de suas atividades.

A proposta social deste jornal também não é bem vinda no Brasil de Bolsonaro. Em várias falas ele demonstra que trata negros como mercadorias, homossexualida-

de com abominação e as mulheres como seres indesejáveis, ou de segunda ordem, fraquejadas, como ele prefere. Ao mesmo tempo, pretende perseguir os movimentos sociais utilizando a lei antiterrorismo (uma aberração aprovada em meio a realização no país de grandes eventos esportivos) para perseguir todo e qualquer ativismo. As ações de ocupação de terras e terrenos tendem a ser duramente reprimidas, e, infelizmente, a mídia alternativa (como é o caso deste e de outros tantos veículos importantes) tende a ser perseguida.

Diante desta realidade assustadora só nos restam como alternativas: lutar e resistir. Mais do que nunca pedimos sua contribuição. Compartilhe este jornal, apresente aos amigos das casas espíritas e aos amigos que buscam uma sociedade sem opressão. Siga dialogando e mostrando as contradições de um governo leito utilizando notícias falsas e pregando perseguição aos corruptos para no dia seguinte instaurar uma quadrilha nos ministérios. Seguiremos juntos, sem soltar a mão de ninguém!

Nesta edição, você lerá mais um texto do nosso editor, o filósofo sempre atento com a realidade, Raphael Faé. Em seguida o advogado Marco Antônio Bolleli apresenta um oportuno texto sobre a não violência partindo da leitura do dramaturgo russo Leon Tolstoi.

Por fim, ainda temos a honra de publicar um entrevista exclusiva que realizamos com José Pacheco o idealizador da escola da ponte em Portugal, um projeto semelhante ao que entendemos como pedagogia espírita.

Boa Leitura,

Os Editores



Uma Nova Civilização

Estamos parindo uma nova civilização. O que estamos vendo são as dores do parto. E o que está por vir – ainda sem forma e face, sem nome e identidade – será mais belo e aperfeiçoado do que temos e somos hoje. Uma nova humanidade, mais crítica e integrada com o seu redor, mais empática, com novas formas de pensar a si e o universo e, certamente, mais intolerante ao mal.

Isso fica claro em “São chegados os tempos”, no capítulo XVIII de “A Gênese”, de que, moralmente, “a humanidade progride pelo desenvolvimento da inteligência, do senso moral e do abrandamento dos costumes” (FEB, p. 356). Ou seja, progresso moral significa desenvolver o intelecto (capacidade racional e vontade de aprender), a moralidade (o certo e o errado, o bom e o mau, o elevado e o vil) e os costumes (transformação das práticas sociais).

Nesse processo, não há diálogo possível com o atraso. A linha moral está demarcada, e Kardec viu bem isso ao afirmar que, ao lado do progresso material, resta ainda “[...] fazerem que entre si reinem a cari-

dade, a fraternidade, a solidariedade, que lhes assegurem o bem-estar moral” (FEB, p. 357).

Logo, ser intolerante ao mal não é um convite à violência. Ao contrário, significa que precisamos colocar toda a nossa capacidade de reflexão e de ação para o que de melhor podemos ser e fazer. Se dar um prato de sopa for o mais avançado, então essa é a nossa missão. Se for lutar pelo direito de cada um ter o seu prato de sopa, essa será a nossa nova missão. Pode ser tratar das feridas do escravo ou se opor à escravidão, pode ser esconder o judeu perseguido ou lutar contra o nazismo, pode ser dar a cesta básica ou exigir o fim das misérias materiais, pode ser ajudar um amigo em depressão ou engajar-se na luta contra o suicídio, pode ser ensinar alguém a ler ou apoiar a educação pública.

Só isso já nos traria muitas reflexões. Mas a cereja do bolo vem a seguir, quando Kardec diz que: “Não poderiam conseguir [esse progresso moral] nem com as suas crenças, nem com as suas instituições antiquadas, restos de outra idade,

boas para certa época, suficientes para um estado transitório, mas que, havendo dado tudo o que comportavam, seriam hoje um entrave. Já não é somente desenvolver a inteligência o de que os homens necessitam, mas de elevar o sentimento e, para isso, faz-se preciso destruir tudo o que superexcite neles o egoísmo e o orgulho” (FEB, p. 357).

Por certo, Kardec fala para o seu tempo, quando o feudalismo ainda mostrava seus ranços. Mas a assertiva continua verdadeira. Para nós, até que ponto as ideologias dominantes do capitalismo e do neoliberalismo – que superexcitam o orgulho e o egoísmo ao máximo e reduzem a vida humana à capacidade de produzir e consumir, com suas exigências de individualismo exacerbado, de responsabilização pessoal absoluta, de sucesso pessoal, de fim das redes sociais de proteção (saúde, previdência e educação públicas), do estado mínimo para seres humanos e máximo para o capital, etc. – são capazes de fazer com que reinem a caridade, a fraternidade e a solidariedade? Quiçá, de elevarem o sentimento?

O número absurdo de psicopatias, de vícios de todos os tipos, de condutas violentas e guerras, de suicídios e doenças em geral nos dá a dimensão do peso que a nossa sociedade nos impõe para sermos simplesmente seres humanos.

É aqui que constatamos o óbvio quando o assunto é progresso moral e regeneração: que boa parte dos espíritas (no Brasil) amam os espíritos evoluídos na teoria, mas os odeiam na prática. No livro, são venerados. Suas lutas e renúncias arrancam lágrimas de emoção. Porém, quando encarnados, sua missão levanta ódio e ignorância de corações que só querem remendo novo em pano velho.

Pessoas como Angela Davis, Luther King, Gandhi, ou até mesmo Jesus – durante suas encarnações – seriam vistos como arruaceiros, desagregadores, e abominados por boa parcela do movimento espírita brasileiro. Essa parcela diria “isso é bandido, vagabundo. Não tem o que fazer”, em lugar de dizer “Olhe! Esse sim é um espírito superior!”. Basta ver o que aconteceu com Marielle Franco, assassinada por se opor a uma polícia que mata favelado, quando muitos espíritas relativizaram ou justificaram a sua morte, filiando-se à histeria coletiva

em curso no Brasil.

É por isso, nesse momento de perplexidade mundial diante do avan-

ço do fascismo, em que o Brasil é a mais nova fronteira, que passou da hora de rompermos com as narrativas cristãs que transformaram Jesus – um revolucionário político, social e moral – num instrumento de dominação de corações e mentes. Não é à toa que o fascismo se legitima por meio do discurso oportunista da moral e da religião.

Jesus é a mais completa perspectiva que podemos ter de uma sociedade regenerada. Em todos os sentidos: afetivo, psicológico, social, político, econômico, jurídico, existencial e espiritual. É a esperança dos famintos e dos despossuídos por um mundo onde a ninguém falte o necessário, é o alívio dos que suportam os fardos da desigualdade e a fé por amor e de compreensão num mundo de injustiça e ódio. É a transformação do mundo, e não a aceitação de suas misérias.

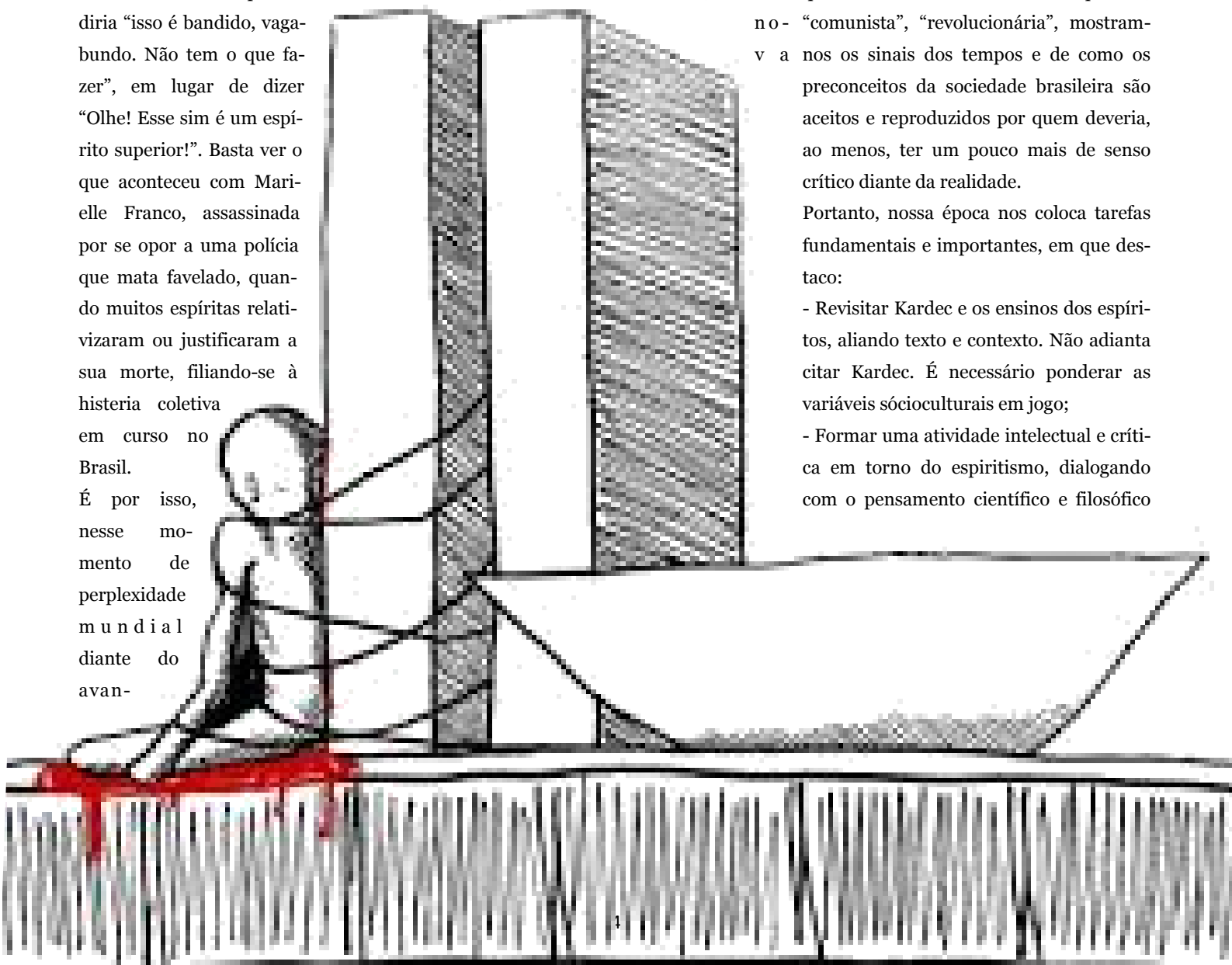
Kardec, na linha do Iluminismo, traz uma

compreensão de Jesus a partir de uma releitura MORAL, contrapondo-se à leitura religiosa. Para ele, o sentido mais profundo da vida e obra de Jesus está numa perspectiva racional, filosófica, que passa as formas religiosas, mas as supera. E o que os espíritas fizeram? Retornaram à compreensão religiosa de Jesus, aquela que Kardec havia se afastado.

Essas deturpações explicam parte do comportamento dos espíritas brasileiros diante do obscurantismo e do quadro sociopolítico em que nos encontramos. Ver espíritas aliando-se, de corpo e alma, aos discursos políticos e às práticas de misoginia, homofobia e racismo, de extermínio de pobres, de aceitação do fanatismo e oportunismo religioso, o ódio cínico aos direitos sociais e trabalhistas, ou o esforço em querer mostrar o caráter “conservador” do espiritismo, numa necessidade de mostrar que não é uma doutrina “de esquerda”, “comunista”, “revolucionária”, mostram-nos os sinais dos tempos e de como os preconceitos da sociedade brasileira são aceitos e reproduzidos por quem deveria, ao menos, ter um pouco mais de senso crítico diante da realidade.

Portanto, nossa época nos coloca tarefas fundamentais e importantes, em que destaque:

- Revisitar Kardec e os ensinamentos dos espíritos, aliando texto e contexto. Não adianta citar Kardec. É necessário ponderar as variáveis sócio-culturais em jogo;
- Formar uma atividade intelectual e crítica em torno do espiritismo, dialogando com o pensamento científico e filosófico





contemporâneo, sem preguiça intelectual, sem falsa humildade e sem preconceito; - Ressignificar o espiritismo em nossas vidas para além das caixinhas criadas pela cultura federativa. Você pode ser espírita sem pisar num Centro Espírita, e nem precisa se autodenominar “espírita” para estudar o espiritismo e fazer o melhor. Espiritismo é uma perspectiva de mundo, não uma comunidade de pertença; - Formar grupos de discussão sobre tudo. Uma doutrina que evita temas humanos e sociais não pode ser filosófica, quicá científica; - Retomar o contato com os espíritos desencarnados para instrução e debate de ideias; - Deixar os especialistas falarem. Educação é para educadores, psicologia para psicólogos, direito para juristas, filosofia para filósofos, história para historiadores, etc. Por não faltar juiz se aventurando como historiador, advogado falando de saúde, médico de justiça, e todos sobre tudo é que o espiritismo tem sido ridicularizado nos meios intelectuais, com tantas obras superficiais, a pretexto de serem simples e acessíveis. Além disso, precisamos colocar as palavras e os gestos corretos no plano existencial e político diante da conjuntura tenebrosa que nos aguarda, resgatando Jesus em seu esplendor, aquele que afrontou o poderio romano e a elite judaica em favor dos pequenos e dos oprimidos por uma sociedade estruturalmente injusta e sádica. Temos que jogar aos quatro ventos os significados históricos e políticos mais amplos do amor e da caridade, tendo a educação, a instrução e o diálogo como mote, retomando a vida e a obra de grandes nomes, como Jesus, Francisco de Assis, Pestalozzi, Kardec, Gandhi, Luther King, Paulo Freire, etc. Não podemos mais pensar o novo a partir do velho. As instituições sociais e políticas atuais mostram novamente como podem ser utilizadas para o pior, e o retorno da sociedade brasileira aos braços sedutores do fascismo, pela via da democracia, recoloca os processos de intolerância e de violência à luz do dia. Só não vê quem realmente não quer.

Porém, como sabemos, a regeneração não é um processo fácil, indolor. Kardec já pontuara isso. O que precisamos saber é como lidar com essa situação. O fascismo se alimenta de ódio, de ignorância e de medo. Precisamos combatê-lo com amor, esclarecimento e diálogo. Mais do que nunca, o “amai-vos e instrui-vos” deve estar em nossa perspectiva diária. Há um trabalho de educação a se fazer, especialmente na vida concreta, fora das redes sociais.

Enquanto estamos aqui, os processos reencarnatórios prosseguem o seu curso, e cada um acredita que está dando o melhor de si. Então, que sua existência seja de constante reflexão e ação, para que suas adesões sejam efetivamente para o progresso humano e social. Porque a sabedoria antiga é radical e sem rodeios: quando tivermos de dar contas de nós como realmente somos, a tendência é que haja choro e ranger de dentes.

Raphael Faé é filósofo e editor de Crítica Espírita.





A NÃO-VIOÊNCIA DE LIEV TOLSTOI

Liev Tolstói (1828-1910) é muito conhecido pelos seus escritos literários. Mas, sua própria história de vida é muito interessante, pois já na velhice abandonou todas as regalias advindas de seu *status* nobre, adotando a vida simples do campesinato e ideias ligadas ao pacifismo.

A partir de uma releitura do cristianismo, Tolstói apontou as mazelas de nossa sociedade que, para ele, em seus pilares (valores, governo, religião, tribunais, militarismos) é pautada na violência (*dente por dente e olho por olho*). Ele propõe, em contraposição, uma resposta autêntica (e transversa ao conservadorismo, liberalismo, socialismo e anarquismo) da maneira pela qual formar uma sociedade cujos alicerces sejam a união e o amor (*não resistência ao mal*).

Existem dois livros que condensam escritos feitos durante a velhice de Tolstói, período no qual tratou do referido tema: *Os Últimos Dias* e *Minha Religião*. Pretendo no presente artigo expor, de forma breve, como Tolstói desenvolveu o princípio da não-violência.

Nessa proposta, o cristianismo não se restringe a uma doutrina da salvação individual, mas surge como concepção de vida que traz o princípio da resistência não-violenta como alicerce da vida em sociedade. Para Tolstói, o cristianismo propõe uma nova base para a sociedade, em opo-

sição à base social estabelecida pela lei de Moisés (que ainda repercute nos diferentes códigos e legislações de nossos dias).

A contradição básica para entender a questão de Tolstói é: como uma sociedade que se diz cristã pode ter como pilares instituições que não só pregam, mas praticam a violência? Graças à nossa organização social, nossos prazeres, tranquilidade e segurança são obtidos por meio de sofrimentos e privações para milhares de outros. Nossa prática cotidiana está em total contradição com nossa “cristandade”.

Tolstói conta que durante longo período ficou incomodado com certo versículo bíblico que, posteriormente, passou a acreditar ser a chave do cristianismo: “*vocês ouviram o que foi dito. Olho por olho, dente por dente. Eu, porém, lhes digo: não resistam ao mal*” (Mateus, 5:38,39). Afinal, o que significa não resistir ao mal? Quem estaria legitimado a retribuir o mal por meio da violência?

O mal, em suas infinitas possibilidades, sempre obriga, de alguma forma, que algo deixe de ser e até existir. Da forma mais literal possível, não resistir ao mal significa não se opor à violência por meio da violência. A resistência por meio da violência cria um ciclo infinito onde sempre voltamos para o mesmo ponto inicial: a resistência pela violência.

Porém, não cabe a mim, a partir de meus próprios critérios, limitar as potencialidades da existência. A inconsistência do princípio autoritário do mal é a impossibilidade de haver uma autoridade (ou critério) externa que dê uma definição do mal que seja reconhecida por todos.

A questão é: quando resistimos ao que consideramos mal, estamos partindo do nosso próprio ponto de vista, assumindo o critério de julgador. Em relação ao “agente” que estabelece certo “critério” de verdade, podemos citar como exemplo as várias religiões dissidentes do cristianismo consideram seu dogma religioso como a verdade. O desdobramento disso é que passamos a ser meros reprodutores de nossa própria visão de mundo, não deixando a realidade acontecer em sua multiplicidade e, ainda, damos condições para uma exterminante guerra pela verdade.

No final das contas, queremos dizer às outras pessoas como se deve viver, e sempre a partir do nosso próprio paradigma. E exatamente nesse ponto Tolstói faz a passagem da individualidade para o social; pois, apesar de tratar de questões sociais, a não resistência por meio do mal deve partir do indivíduo. A questão apresentada pelo cristianismo não é se a resistência não violenta pode se tornar uma lei geral para toda a humanidade, mas sobre o que deve fazer, cada pessoa, em *particu-*



lar, para realizar seu desígnio. A doutrina cristã não prescreve uma lei para uma generalidade abstrata, ou para “eu” prescrevê-la aos “outros”, mas oferece uma leitura da condição do mundo e as potencialidades de cada qual, em sua individualidade. Isto pois, *o mundo já está aí*, e quanto a isso, pelo menos num primeiro momento, o indivíduo não tem influência direta; noutro giro, o indivíduo tem possibilidades de como agir para lidar e transformar esse estado de coisas. Por exemplo, não posso evitar que outrem me ofenda, mas posso reagir e interpretar de várias maneiras esse fato. Os princípios morais não têm grande valia somente na forma teórica, pois os mesmos princípios podem justificar práticas diferentes, sejam tidas como democráticas ou totalitárias. Assim, numa perspectiva crítica, devemos perceber que o pensamento é condicionado ao contexto, mas que, por sua vez, também cria o contexto. Todos os princípios morais são encarnados, e enquanto tal, correspondem a práticas concretas na sociedade. O princípio da não-violência, como lei do amor, não é satisfeito pela organização da vida alheia (com base nas próprias ideias, vaidades e violências; pois se estará sendo o ponto neutro do julgamento do bom), mas só pelo trabalho feito em si mesmo. É uma espécie de autoconhecimento para cada qual enxergar sua própria parcela de violência, e somente nesse âmbito pode-

mos ser completamente livres e autônomos (responsáveis por nós mesmos). Assim, consegue-se minar ou, ao menos, diminuir nossa parcela de violência.

De forma imediata, não podemos modificar a sociedade, mas podemos a nós mesmos e nosso âmbito de atuação possível. Só nós, conosco mesmos, na própria experiência da vida, podemos saber o que é suficiente e o que podemos dar de melhor.

Somente a partir daí conseguimos dar o primeiro passo para superar, em nós mesmos, a vida “normal”: mercantil, individualista, pautada em desejos insaciáveis e abstratos. Conjuntamente, urge perceber que o grande problema da sociedade é que, em termos materiais, continuamos agindo como se não fosse possível todos terem acesso ao básico material.

Portanto, apesar de nascer no âmbito da *persona*, o princípio da não resistência pelo mal na *vida social* é justamente o ensino sobre os meios de aniquilação dos conflitos. Isto porque o bem-estar, para Tolstoi, reside na união, e tal união não pode ser atingida por meio da violência, mas somente quando cada uma das pessoas envolvidas, pensam e agem no cumprimento da lei da vida. E isso quer dizer o fim das instituições que ratificam o ciclo da violência.

Por mais estranho e contraditório que pareça, as pessoas de nossa época odeiam essa mesma ordem de coisas que elas pró-

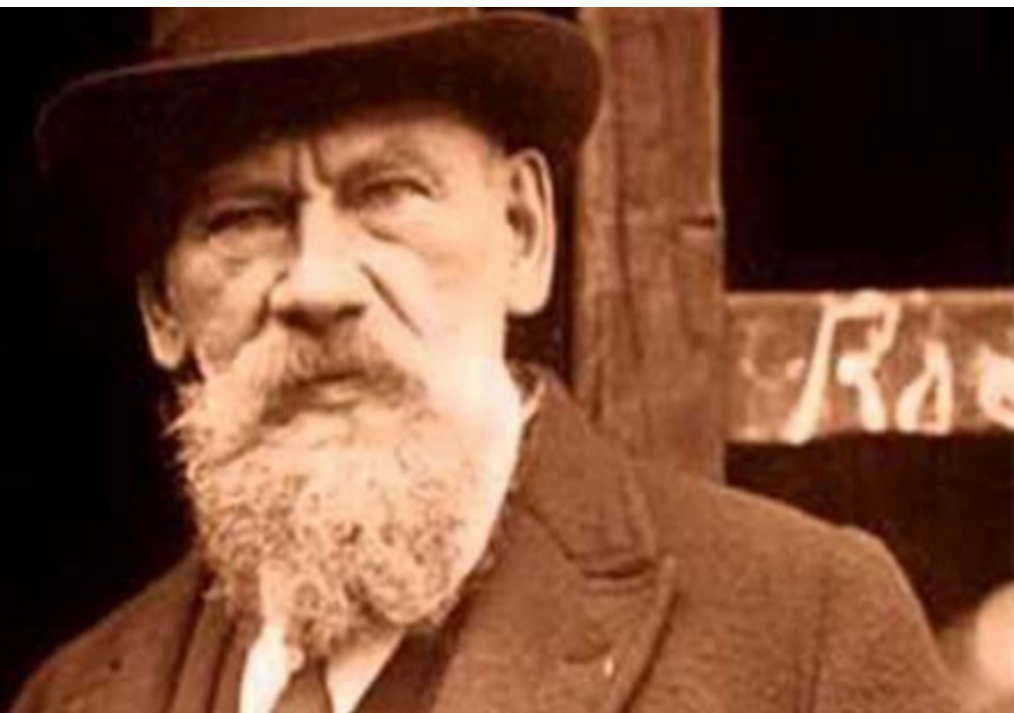
prias sustentam. Ou seja, vivemos numa contradição: a vida, construída sobre os princípios da violência, chegou à rejeição dos mesmos fundamentos em nome dos quais ela própria foi instituída. A construção da sociedade sobre os princípios da violência, com o objetivo da manutenção do bem-estar pessoal, familiar e social, conduziu as pessoas à completa rejeição e à aniquilação desses bens.

Tolstoi busca resgatar o que acredita ser a essência do cristianismo e promover o desmonte do pilar social atual, que tem como premissa a inconsistência do princípio autoritário do mal e a resistência a ele por meio da violência.

Portanto, fica a questão: se aceitarmos as bases da interpretação tolstoiniana sobre o cristianismo, temos sido muito hipócritas. A metáfora da *não resistência ao mal* é muito forte. Não existe cartilha, e não é fácil.

Mas, no mínimo, devemos nos esforçar para não reproduzir as situações de violência e de resistência criadas por nós mesmos. Quanto a isso, fica o incômodo e a certeza que temos muito a pensar e fazer. A leitura tolstoiniana do cristianismo, se não for universal, pode ser universalizável. É uma resposta possível.

Marco Antonio Bolleli é advogado.





José Pacheco

Finalmente, conseguimos uma entrevista exclusiva com o Professor José Pacheco, educador português, idealizador e fundador da Escola da Ponte, em Portugal. Autor da coluna Entretanto, da Revista Educação (Ed. Segmento), José Pacheco conversou conosco sobre educação e espiritismo. Que sua obra — visão possa inspirar os educadores em geral, e os espíritas em particular, pois, se há uma bandeira sob a qual estes deve se reunir e lutar, essa bandeira é a da educação pública, de qualidade e emancipadora.



Crítica Espírita- Professor, diante de sua extensa produção acadêmica, poderia resumir quais são as suas ideias essenciais sobre a educação?

José Pacheco- Há mais de cem anos, Almada Negreiros escreveu: *Quando eu nasci, todos os tratados que visavam salvar o mundo, já estavam escritos. Só faltava salvar o mundo.* As minhas ideias sobre educação não são minhas, são as de muitos educadores que, desde há muito tempo, anunciaram a possibilidade de uma nova educação.

São ideias na prática, práxis. Sempre trabalhei no chão da escola, onde foram introduzidas diferentes correntes pedagógicas. Hoje, após passar pelo ideário subjacente ao paradigma instrucionista e ao paradigma da aprendizagem, tenho como referência o que poderemos chamar paradigma da comunicação. Aprendemos uns com os outros mediados pelo mundo...

CE- Como surgiu-lhe a inspiração de tocar um projeto de educação que resultaria na Escola da Ponte?

JP- Na Escola da Ponte, a decisão de mudar foi de origem ética. Encontrei jovens analfabetos, que tinham sido ensinados do modo que eu antes ensinava. Se eu continuasse a trabalhar do modo como, até então, havia trabalhado, aqueles jovens continuariam sem saber ler. Tomei

consciência de que, dando aula, eu não conseguiria ensiná-los.

Na época, nem da existência de um Piaget tínhamos conhecimento. Agimos por intuição pedagógica, movidos pelo amor que tínhamos (como qualquer professor tem) pelos alunos.

CE- Para quem está acostumado com a educação tradicional, pode parecer utópica uma educação sem turmas, sem provas, sem reprovações e focada na autonomia do aluno. Diante disso, pode explicar como funciona a Escola da Ponte?

JP- Na Ponte de há mais de quarenta anos, as salas de aula foram substituídas por espaços de “área aberta”. Depois, deram lugar a aprendizagens em múltiplos espaços sociais (edifício da escola incluído...), num anúncio da possibilidade de conceber novas construções sociais de aprendizagem.

No edifício da escola, nas praças, nas empresas, nas igrejas, nas bibliotecas públicas, e centros culturais, passamos a contemplar um novo modo de desenvolvimento curricular, duas vias complementares de um mesmo projeto: um currículo subjetivo, nem projeto de vida pessoal, a partir de talentos cedo revelados; um currículo de comunidade, baseado em necessidades, desejos da sociedade do entorno.

São muitos e diversos os caminhos de mudança, sendo urgente que os educadores compreendam o que significa o termo “currículo”. Que, por exemplo, os professores não percam tempo a tentar ensinar fora de tempo o que é um “dígrafo”, ou expressões como “sujeito nulo subentendido”, o que são “plantas epífitas”, ou em que consiste um “ato ilocutório diretivo”? Quando fui aluno de escola “tradicional”, gastei um tempo precioso a decorar os afluentes da margem esquerda de rios e de outras lengalengas que, agora, me ocupam a memória de longo prazo. Não me fizeram mais sábio, nem mais feliz.

É preciso experimentar um novo modo de organização, em equipes de pessoas autônomas e responsáveis, todas cuidando de si mesmas e de todo o resto, numa escola realmente “pública”. Não negando o potencial da razão e da reflexão, juntar-lhe as emoções, os sentimentos, as intuições e as experiências de vida. E uma escuta que, para além do seu significado metodológico, terá de ser humanamente significativa e de assentar numa deontologia de troca “ganha-ganha”.

Que se perceba que toda a prática tem teoria subjacente, que não há prática sem teoria. E que a fundamentação teórica do ato de educar seja multirreferencial, em práxis coerentes com necessidades educativas locais, escapando a modas e funda-



mentalismos pedagógicos. Que a aprendizagem não está centrada no professor, nem no aluno, mas na relação. E que da qualidade da relação depende uma boa qualidade educacional.

As escolas poderão desenvolver um currículo mais adequado às novas competências e exigências do século XXI. A velha escola há de parir uma nova educação. Mas as dores do parto serão intensas, enquanto as “naturalizações”, as “certezas”, as crenças ministeriais, a tecnocracia e a burocracia continuarem a prevalecer em domínios onde deveria prevalecer a pedagogia.

Quando modificamos o modo, asseguramos a todos o direito de ser sábio e feliz.

CE- Conheces outros projetos de educação semelhantes ao da Escola da Ponte no mundo?

JP- Conto mais de um milhar os projetos inspirados na Escola da Ponte. Mas creio haver muitos mais, para além daqueles de que tenho conhecimento.

CE- Quais as diferenças que o senhor poderia pontuar entre a educação em Portugal e no Brasil? E o que o Brasil precisa para ter uma educação pública de qualidade?

JP- Portugal e Brasil parecem estar irmanados numa deriva educacional sem fim à vista, num tempo que, no futuro, deverá ser conhecido como a proto-história da escola, um tempo em que a educação não prosperou nos bastidores de uma administração educacional burocratizada.

As mudanças deverão partir, simultaneamente, das escolas e do poder público. E são precisos muitos anos, para que se consolidem. As mudanças carecem de continuidade e de avaliação.

Nos últimos anos, apesar da profusão de tentativas de reforma, programas, projetos, congressos, cursos e afins, não se logrou melhorar a qualidade da educação. Mas o Brasil tem tudo aquilo que precisa.

E esse desiderato será alcançado quando as escolas deixarem de estar cativas de um modelo educacional obsoleto e de uma gestão burocratizada, na qual os critérios de natureza administrativa se sobrepõem a critérios de natureza pedagógica.

CE- O senhor está no Brasil há alguns anos, tocando alguns projetos de educação, como o Projeto Âncora, em Cotia/SP, e outros de educação comunitária. Conte-nos um pouco sobre esses projetos.

JP- Vivo no Brasil há cerca de uma dúzia

de anos. Acompanho muitos projetos educativos, mas muitos mais projetos agitam as águas paradas da educação do Sul. O Projeto Âncora é o mais conhecido. Ganhou fama internacional, após as visitas de muitos pesquisadores estrangeiros, que puderam testemunhar, na prática, a excelência académica e a inclusão social.

São projetos que provam a possibilidade de uma escola onde todos aprendam e sejam felizes. Operaram rupturas com o velho e obsoleto modelo educacional, que ainda prospera na maioria das escolas. Garantem o direito à educação, que a maioria das escolas recusa. E em escolas da rede pública!

CE- Está sendo discutido no Brasil sobre a educação domiciliar, familiar. O que achas disso?

JP- O direito à educação é parte de um conjunto de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas. Em 1988, as responsabilidades do Estado foram repensadas e promover a educação fundamental passou a ser seu dever. O artigo 205 da Constituição consagra o direito da pessoa ao pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Todos, sem qualquer distinção,





têm direito à educação e, especificamente, à educação escolar, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases, a Lei 9.394/96. A Constituição também estabelece que a Educação é dever do Estado e da Família. Quantos destes princípios terão sido concretizados pelo Estado, desde 1988?

Quem questiona os elevados índices de evasão escolar, a falência do ensino, a deterioração das políticas públicas? As escolas alegam não existir legislação que permita a prática do *ensino doméstico*. Mas, se essas escolas não cumprem os objetivos para que foram criadas, assiste aos pais o direito de procurar alhures aquilo que as escolas recusam aos seus filhos.

Não faço a apologia do ensino *domiciliar* como alternativa à escola (adivinho subtis discriminações, pois nem todos a ele terão acesso). Pugno por uma Escola de todos, agente de transformação social, que assegure o direito universal de acesso e de sucesso... nas escolas e nos lares. Afirmo que a tensão entre *domiciliar* e *escolar* não tem razão de ser, embora eu compreenda os receios dos críticos. O *domiciliar* pode engendrar monstrinhos do digital, pode reforçar o *têveschooling* (são milhares de horas de

tv a competir com a escola). Mas denunciando os discursos de certos “especialistas” que argumentam com a necessidade da frequência da escola para assegurar processos de socialização. Que processos invocam esses discursos? Àqueles que se desenvolvem na solidão de uma sala de aula? Aqueles que engendram situações de bullying? A que socialização se referem esses “especialistas”? Pés na terra e no chão da escola, por favor! Que não se permita que um idealismo fútil encubra a dura realidade da “socialização” que obsoletas escolas desenvolvem.

A recusa de matrícula dos seus filhos numa escola é mais um sintoma de uma profunda crise. O acirrar da competição pela demarcação de territórios e as históricas reações contra o ensino *domiciliar* nada resolvem. Se muitos pais duvidam da utilidade da Escola, não será oportuno que esta reflita sobre o porquê dessa dúvida?

CE- E o que pensas acerca das recentes reformas do ensino médio?

JP- A “medida provisória” é mais uma aberração, entre muitas com que o MEC nos tem brindado (e outra aberração normativa vem aí na forma de base curricu-

lar...).

Poderia questioná-la com referência à Constituição e à lei de Diretrizes e Bases, mas deixo apenas registro de uma das vozes autorizadas, que se indignaram perante mais essa aberração em forma de lei, a do meu amigo António: *Não podemos deixar a escola bloqueada por uma pedagogia medíocre. Quando se fala em diminuição do currículo não pode ser sinónimo da velha ideologia do back to basics, isto é, de dar só matemática e português, trata-se de conseguir que, em cada uma das matérias, se valorize a dimensão das linguagens e não a dimensão dos conteúdos. Isto é, que nós tenhamos os instrumentos para ascender ao conhecimento. Aprender não é ter uma hora de aula de matemática, mas sermos capazes de incorporar nessa aula a dimensão da educação integral.*

CE- Numa certa exposição, o senhor comentou que uma das maiores experiências pedagógicas do mundo foi feita por Eurípedes Barsanulfo, em Sacramento. O que ele fez de especial?

JP- Alcinham de elitista o seu labor pedagógico, só porque recorria a métodos dinâmicos de aprendizagem. Os seus alu-





nos praticavam observação e pesquisa na cidade e na natureza. Eurípedes aboliu castigos e exames, num relacionamento baseado no diálogo, ao contrário dos moldes pedagógicos vigentes na época. Acreditava que escola poderia ser agente transformador da sociedade. E nos depoimentos dos seus alunos, apercebemo-nos de que transformou a escola, a partir de um novo conceito de criança e de aprendizagem, da modificação do papel do professor, da reconfiguração dos tempos e espaços pedagógicos, da reorganização escolar, da reelaboração cultural, que antecedeu em mais de cem anos a elaboração do conceito de comunidade de aprendizagem.

Mobilizava a comunidade, para que ajudasse as famílias das crianças mais carentes a ir à escola. Havia muitas crianças negras matriculadas e vários professores negros compunham o quadro de professores da sua escola, num tempo em que os discursos racistas, com influências eugenistas, eram comuns e os negros eram marginalizados. No seu colégio, os alunos praticavam Astronomia, o estudo da (e

na) Natureza, em *aulas-passeios*, muito antes de Freinet. Escreveu o seu aluno Germano: *conversávamos, estudávamos bons livros e admirávamos a natureza, admirávamos o voo dos insetos, o cantar dos pássaros e de preferência de um sabiá de laranjeira, que vinha pousar nos galhos baixos das árvores e encher o ar com sua melodia, esse era o predileto do professor.*

Os dias de apresentações de teatro eram dias de festa. Os alunos confeccionavam belos cenários e toda a comunidade participava: Eurípedes incentivava a participação dos alunos em ações sociais e os jovens aprendiam a moral na prática comunitária, aprendiam a pensar e a questionar, como nos diz a Corina: *Eurípedes não queria alunos que obedecessem cegamente, mas que aprendessem a criticar, a questionar e a pensar.* Substituiu o ensino verbalista pela arte de observar e apreender o mundo.

CE- Allan Kardec era pedagogo e professor, e sempre enfatizou o caráter educador e moralizante do espiritismo. O que o

senhor pode dizer sobre essa relação entre educação e espiritismo?

JP- Apenas que essa é uma das razões porque ajudei espíritas a compor as bases da “pedagogia espírita”. Nela, o “educare” se concretiza. Os talentos são “extraídos”, o ser divino se manifesta...

CE- Professor, agradecemos muito a sua disponibilidade para essa entrevista. Gostaria de deixar uma palavra final para nossos leitores, especialmente os professores?

JP- O professor assume dignidade profissional sendo autônomo-com-os-outros. Porque um professor não ensina aquilo que diz, transmite aquilo que é.

Que os professores sejam, efetivamente, críticos, reflexivos das suas práticas. Que, em todo o tempo de aprender, prevaleça a prática de uma comunicação horizontal, dialógica, em contraste com a cultura predominante nas escolas, uma cultura assente no individualismo, na competição desenfreada, na ausência de trabalho em equipe, na ausência de verdadeiros projetos.